



O SUL GLOBAL E AS RASURAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. OBJETIVOS 1, 8 e 11.

Zélia M. Bora¹

Resumo

Desde a sua fundação, a ONU tem se estabelecido como um campo de tensão política entre países que impuseram o domínio colonial e os países do sul global. Ao longo de quase um século, o papel normativo da entidade tem estado aquém das imposições e dos mecanismos de funcionamento do mercado mundial que definem a legitimidade e a mutação constante de ideologias tais quais o colonialismo e o imperialismo historicamente impostos aos países economicamente vulneráveis, entre eles, o Brasil. Levando-se em consideração esses pressupostos, a compreensão dos “Objetivos da ONU para o Desenvolvimento Sustentável” se formaliza como uma das estratégias na própria reconfiguração do capitalismo nesse novo milênio, favorecendo a perspectiva do hemisfério norte, legitimando os tradicionais sistemas coloniais/neocoloniais mediante novas configurações e imposições político-econômicas. É sob essa perspectiva, que proponho a leitura dos “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” propostos pela ONU.

Palavras-chaves: descolonização, capitalismo, periféricos, desenvolvimento, sustentabilidade.

Abstract

Since its founding, the UN has established itself as a field of political tension between countries that imposed colonial rule and countries in the global south. For almost a century, its normative role has gone beyond the impositions and functioning mechanisms of the world market that define the legitimacy and constant mutation of ideologies such as colonialism and imperialism historically imposed on economically vulnerable countries, among them Brazil. Taking these assumptions into account, the understanding of the “UN Objectives for Sustainable Development” is formalized as one of the strategies in the reconfiguration of capitalism in this new millennium, favoring the perspective of the Northern Hemisphere and legitimizing traditional colonial/neocolonial systems and structures due to the political and economic configurations by northern countries. It is from this perspective that I propose to read UN’s “Sustainable Development Goals.”

Keywords: decolonization, capitalism, peripherals, development, sustainability

¹ Ph.D. em Estudos Portugueses e Brasileiros, Brown University. Filiação, UFPB- BRASIL.
zeliambora@gmail.com

Nove turbulentos anos passaram-se desde a publicação auspíciosa dos dezessete objetivos propostos pelas Nações Unidas (2015) a serem alcançados em 2030. Desde então, espera-se que ao final, seja lograda uma relação econômica mais harmoniosa entre os hemisférios norte e sul. Dos objetivos gerais do desenvolvimento sustentável propostos pela ONU destacam-se temas como: a prosperidade, a paz, o bem-estar das populações, mútuas parcerias e colaborações. Dentre eles, o mais importante deles, é a conservação do Planeta, sem o qual os demais objetivos estão comprometidos. Embora o título dessa discussão destaque os objetivos 1, 8 e 11 relacionados a tópicos como: a erradicação da pobreza; o trabalho decente; o crescimento econômico; as cidades e comunidades sustentáveis, a presente discussão faz referências aos objetivos como um só texto cujas partes se complementam. Na presente discussão, os objetivos serão tratados como um sistema de parâmetros inter-relacionados e inseparáveis que remetem a prerrogativas políticas e econômicas do hemisfério norte enquanto propostas endereçadas a todos os estados nação que compõem a ONU. No entanto, longe de apresentar uma neutralidade em seu conteúdo, encontra-se subjacente ao documento a presença de um emissor, representado pelos países do hemisfério norte e seus receptores, representados pelos países do hemisfério sul. Como sujeitos inteiramente distintos não apenas por suas configurações culturais, mas também, econômicas essas diferenças marcantes são acima de tudo históricas e atreladas à historiografia do colonialismo em sua nova fase. Esse último indelével traço de diferença não só caracterizam as dissimilaridades econômicas entre os países desenvolvidos e os não- desenvolvidos, periféricos e não periféricos, mas de igual modo, possuem sérias implicações políticas causadas pelas imposições de novas estratégias de neocolonização sobre os demais países economicamente dependentes que vivenciaram o processo histórico. Tais diferenças endossam ainda mais a reconfiguração contemporânea do sistema capitalista e consequentemente o reordenamento do sistema de exploração e dependência econômica inerentes as novas roupagens que revestem o antigo colonialismo em sua fase contemporânea e as suas novas tecnologias de poder, seja pela imposição discursiva como “árbitro” global ou intervenção armada rumo as novas reconfigurações geográficas dos territórios.

Mediante a exposição da problemática faz-se então necessário não só se entender os mecanismos discursivos presentes no referido documento, mas considerá-lo como parte de uma estratégia política *in continuum* promovida pelo capitalismo e a sua relação com o colonialismo²

² Veja-se Kwame Nkrumah em *Revolutionary Path*, p.52

que objetiva o desmantelamento das formas de resistência advindas da crítica decolonial³ sob todas as formas materiais. Seja através do discurso de instituições difusas como é no caso da ONU ou por meios mais violentos tais quais, os embargos econômicos, as intervenções armadas e guerras civis, como é o caso atual da guerra no Sudão e, o conflito colonial Israel & Palestina, cujas implicações encontram-se atreladas ao problema do colonialismo em sua versão mais primitiva tomando por base a aniquilação física dos sujeitos, a apropriação da terra e a erradicação política-cultural dos sujeitos.

Sob a guerra como a forma mais feroz e instantânea de expropriação e aniquilação, o colonialismo explicita a sua mais hedionda face por meio da qual a guerra é apenas um estágio ou um instrumento do capitalismo⁴ para justificar seus meios escusos. Tais fatos precisam ser correlacionados como parte de uma historiografia do colonialismo para entendermos que o processo de descolonização não é uniforme mas também possui várias facetas que atuam simultaneamente, merecendo, portanto, uma profunda atenção em seus desdobramentos contemporâneos em diferentes espaços e contextos. O capitalismo possui uma vasta definição e formas, figurativas e abstratas de expressão e mediante esses exemplos emerge o texto sobre os objetivos da ONU, que representa uma das formas abstrata de um palimpsesto sobre o qual o texto rasurado do colonialismo reaparece em forma de um outro, porém sem necessariamente perder a sua essência.

Os objetivos da ONU e as suas rasuras

A crise climática, a desigualdade e a responsabilidade ecológica são termos que passaram a pertencer a um mesmo campo semântico nesse novo milênio. As primeiras discussões sobre o Antropoceno institucionalizaram as discussões sobre o impacto ambiental do hemisfério norte sobre o sul global. Milhares de artigos e livros foram escritos e debatidos sobre a diferença e peso das responsabilidades sobre o caos ambiental imposto ao planeta. Um exemplo paradigmático da questão foi o caso da Malásia, que em 2019 enviou 267 contêineres de plástico aos seus países originários, Estados Unidos, Canadá, Singapura e Espanha.⁵ O caso

³ Entendida aqui como o processo histórico de ascensão dos Estados-Nação, “após terem fim” as administrações coloniais”.

⁴ V.I Lenin, “*The Position and Tasks of the Socialist International*”

⁵ Veja-se o artigo, *The Global North’s Environmental Impact on the Global South - When will responsibility be distributed evenly?* <https://medium.com/climate-conscious/the-global-norths-environmental-impact-on-the-global-south-83d2744e018a>

em questão não foi um único, mas parte de uma lista dos problemas causados pelo consumo e industrialização dos países de primeiro mundo sobre o efeito estufa e a camada de ozônio. Esses resultados levaram a discussões a opiniões diversas desde as mais otimistas sobre o futuro da civilização até as pessimistas quanto a irreversibilidade do problema e a morte inevitável das futuras gerações já previamente condenadas.

Em 1987, a palavra sustentabilidade aparece no contexto relacionado ao famoso relatório ambiental, *Brundtland Report* produzido na Noruega. A elaboração do referido documento e seu maior ponto de controvérsia é a “esdruxula” afirmativa por parte da ministra da Noruega sobre a culpabilidade dos mais pobres do planeta pelo problema ambiental. Tal fato poderia soar como uma piada de mal gosto dirigida às populações inteiramente desvalidas frente as mudanças climáticas aceleradas pelos problemas causados pelo hemisfério norte⁶ não fossem as implicações políticas da afirmativa. Presente na historiografia da evolução capitalista encontra-se refletida um embate profundo entre a perspectiva malthusiana da população (notadamente a população pobre) e as demais, rebatidas veementemente por Marx e Engels. Considerados como excedente, a lei malthusiana, se destinava a “liquidar com qualquer noção de que o auxílio aos pobres era um direito e a passar a ideia de que os elementos da sociedade pauperizados da sociedade eram supérfluos, e portanto não deveriam ser protegidos contra a míngua.⁷ Historicamente considerados como excedentes e pelo documento de *Brundtland Report*, como culpados por sua pobreza e crise ambiental, a mentalidade capitalista segregacionista triunfaria, não fossem as abordagens críticas sobre a questão. Com o lançamento dos objetivos da ONU para sustentabilidade, persistem sérias lacunas que omitem a história de exclusão contínua do capitalismo e a pobreza atual das populações, desta vez acossadas por problemas climáticos agravados pelo modo de produção predominante no planeta.

“As rasuras” presentes no documento foram objetos do estudo recente por Arturo Escobar, Ashish Kothari e Ariel Salleh. Historicamente, o modelo econômico imposto as antigas colônias europeias, primeiro como objetos de expropriação e atualmente como exportadores de matérias-primas tem ocasionado um profundo dano social e ambiental motivados pela

⁶ *New UN Report: Inequalities, cause and exacerbate climate impacts on poor and vulnerable people* <https://www.un.org/en/desa/new-un-report-inequalities-cause-and-exacerbate-climate-impacts-poor-and>

⁷ John Bellamy Forster, **A Ecologia de Marx: Materialismo e Natureza** p.157

ausência de preservação racional dos recursos naturais, originando uma dinâmica cíclica e inalterável sem ganhos significativos para as populações mais vulneráveis e todo o meio ambiente, consequentemente pondo em risco o pleno exercício democrático de muitos países. Obviamente as críticas ao texto da ONU encontram-se respaldadas sobre a concepção tradicional de desenvolvimento e perspectivas de países do hemisfério norte como fatores dominantes na elaboração da proposta. No referido contexto, a noção de desenvolvimento é vista como um ente “linear, unidirecional, material e um crescimento financeiro direcionado pela comodificação e os mercados capitalistas” (Kothari, Ashish et ali 2018)⁸. Estes problemas tem causado uma enorme desigualdade social nos países do hemisfério sul.

Desse modo, a crítica aos protocolos da ONU, insere-se no tradicional debate teórico sobre os problemas da modernidade neocolonial e a maneira como os parâmetros neoliberais estão sendo impostos como modelo econômico nesses países. Isso não quer dizer que o conceito de modernidade não seja visto de forma positiva como são as discussões sobre os direitos humanos e o feminismo cuja ênfase, tem sido um dos principais pilares da proposta da ONU. No entanto, o conceito de modernidade sobre o qual se opõe os críticos são práticas que impostas desde a transição entre a Renascença Europeia a Idade Média atreladas ao conceito de modernidade em seus primórdios. Ainda como partes integrantes desse combatido conceito ressalve-se o conceito de modernidade enquanto prática cultural subjacente ao conceito de propriedade privada, mercados livres, liberalismo político, secularismo, democracia representativa e ciência moderna como bases inerentes a sustentação do capitalismo tanto como ideologia quanto modelo econômico. Desse modo, o modelo de modernidade e a sua relação com o capitalismo torna-se um modelo econômico como um valor universal que historicamente tem provocado profundos desniveis econômicos e culturais sobre o hemisfério sul das Américas e Caribe. Conforme a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina)⁹, elas são tidas como as regiões mais desiguais do planeta. Ainda discutindo a questão, a CEPAL assegura que três dimensões que ilustram esse fenômeno contemplam as lacunas de gênero, étnicas e raciais existentes. As desigualdades estão vinculadas aos ciclos de vida e as diferenças territoriais (em áreas rurais e urbanas). No Brasil, uma grande parte da população afrodescendente da região,

⁸ Kothari, Ashish et all “*Why we need alternatives*”. 2018. “The problem lies not in lack of implementation, but in the conception of development as linear, unidirectional, material and financial growth, driven by commodification and capitalist markets”. <https://transformationstosustainability.org/magazine/why-we-need-alternatives-to-development/> 2018.EADI BLOG

⁹ Veja-se Christian Asinelli em: Integração Geopolítica e Multilateralismo, 2016. <https://www.poder360.com.br/opiniao/integracao-geopolitica-e-multilateralismo/>

que até a década de 2000 se encontrava praticamente invisível às políticas públicas qualificadas. Em relação às desigualdades territoriais, a Argentina apresenta níveis de concentração territorial do PIB cujos percentuais de desigualdade estão muito acima, por exemplo, dos países da OCDE¹⁰. O referido estudo reitera os dados quantitativos de um processo histórico que se estende no presente milênio como uma das faces da desigualdade social.

No que se referem aos problemas ambientais é inerente ao processo a influência do monoteísmo e sua visão dualista como motivadores da exploração da natureza e a criação de categorias como sujeito e objeto, humano e não humano (ênfase nossa), civilizado e bárbaro, corpo e mente, sexo e gênero e outras categorias legitimadoras da destruição do mundo natural (Khotari, 2018). Da afirmativa, pode-se deduzir que a pedagogia cristã tornou-se sob o capitalismo um imenso aparato ideológico que implementou a exploração humana sobre a natureza.

Sobre os objetivos da ONU é importante ainda se ressaltar a dicotomia entre desenvolvimento e sustentabilidade. Nesse contexto, considere-se a década de 1980 como uma das mais insidiosas na história do termo globalização e seus efeitos sobre o hemisfério sul. Certamente a constatação desses fatos levou a ONU a criar metas de combate à pobreza ou de pelo menos minimizar os seus efeitos sobre as populações mais vulneráveis. No entanto, a maior crítica formulada sobre essa e outras metas, é que os elaboradores da proposta sequer questionaram como essa pobreza é produzida e a sua relação com o acúmulo de capital que impulsiona a afluente economia global do hemisfério norte que dilapidou o planeta. Nesses protocolos se encontram pressupostos gerais de que os países devem atingir “um alto padrão de vida antes de investirem na proteção ambiental”¹¹. Da crítica, surgiu o conceito de economia verde (*ecological green economy*), como uma perspectiva sobre a forma de desenvolvimento proposto nos termos enfatizados pelo texto da ONU. A Conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável (*Sustainable Development*) em 2012, tornou-se padrão para um leque multivariado de discussões solidificando os seus pressupostos para o Rio +20 sobre o tema: “Transformando Nossa Mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.¹² Da crítica ao documento destaque-se os principais pontos:

¹⁰ Asinelli (2024). OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Veja-se texto original em (<https://www.poder360.com.br/opiniao/integracao-geopolitica-e-multilateralismo/>)

¹¹ Veja-se “*Why we need Alternatives to Development “to achieve a high standard of living before they could employ resources into protecting the environment”* (idem). <https://www.developmentresearch.eu/?p=239>

¹² **Transforming Our World: the 2-30 Agenda for Sustainable Development”.**

1. Nenhuma análise sobre as raízes estruturais da pobreza, insustentabilidade e a violência multidimensional do poder do estado estão ancoradas na história, no monopólio corporativo, neocolonialismo e instituições patriarcais.¹³
2. Focalização inadequada sobre governanças democratas no que se refere a tomada de decisões e execuções responsáveis por parte de cidadãos e comunidades autoconscientes em ambientes presenciais
3. Confiança inquestionável no modelo econômico da globalização como propulsor do desenvolvimento, contradizendo os limites biofísicos com a adoção arbitrária pela adoção do GDP como indicador de progresso.
4. Confiança inabalável na globalização econômica como estratégia minando as tentativas de autonomia popular
5. Subserviência contínua ao capital privado e a falta de vontade de democratizar o mercado por meio do trabalhador, produtor e o controle da comunidade.
6. Ciência moderna e tecnologia tidas como panaceias, ignorando seus limites e impactos, marginalizando “outras” sabedorias.
7. Cultura, ética e espiritualidade marginalizadas e subserviente as forças econômicas
8. Consumismo desregular sem estratégias para reverter a contaminação desproporcional do Norte Global no que se refere ao desperdício, toxidade e emissões climáticas;
9. Arquiteturas neoliberais da governança global e a sua dependência nos valores gerenciais do Estado e burocracias multilaterais.

Estes problemas apontados pelos críticos levaram à seguinte conclusão, “a de que o modelo de Desenvolvimento Sustentável e os seus objetivos (SDGs), agora ao alcance global de todos os países, é um falso consenso”. (Kothari et alii 2018). Do exposto, é possível vislumbrar-se as graves dimensões do problema enquanto causa e efeitos sobre ações relacionadas ao desenvolvimento, territórios e diferenças. Como se observa, tais termos são diferenciados por um conflito entre linguagens e os diferentes modos de se reescrever, para usar as expressões de Mário Blaser e Arturo Escobar, a “dimensão política da ontologia” e a “dimensão ontológica da política”¹⁴. De acordo com Escobar, “el concepto de ontología política busca entender el hecho de que todo conjunto de prácticas enactúa um mundo, aun em

¹³ No analysis of how the structural roots of poverty, unsustainability and multidimensional violence are historically grounded in state power, corporate monopolies, neo-colonialism and patriarchal institutions

¹⁴ Veja-se, Arturo Escobar em, *Sentir pensar com la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo,territorio y diferencia*. Ediciones UNAULA, Medelin, 2014.

los campos de la ciencia y la tecnologia, los cuales se presuponen neutrales y libres de valores, ademas universales (Escobar, 2014:12). Do conceito emerge o pressuposto fundamental da ontologia política representado sobre qual tipo de mundos eles atuam através do qual, um conjunto de práticas que incidem tanto sobre grupos humanos quanto não-humanos ((Escobar, 2014:13)).

Estes postulados críticos objetivam inverter simbolicamente a lógica estabelecida nas hierarquias do conhecimento pela “retomada” de propostas de alguns movimentos sociais, tais quais, indígenas, afrodescendentes, ambientalistas, agricultores e mulheres sobre as questões da terra e territórios e, especialmente, (acrúscimo meu) sobre temas como modelos alternativos de desenvolvimento¹⁵.

Na verdade, esse caminho de reconfigurações das estratégias de poder e controle promovido pelo capitalismo tem-se aperfeiçoado a medida em que as comunidades ancestrais, sobretudo as comunidades afrodescendentes e indígenas, como também os movimentos sociais, resistem ao processo contínuo e ininterrupto de assédio político e econômico sob novas roupagens que caracterizam as inovações das pedagogias neocoloniais e suas estratégias. O redimensionamento sem precedentes da crise social e ecológica contemporânea deve-se a sofisticação dos métodos de exploração utilizados pelo discurso neoliberal/neocolonial sobretudo pelo uso de estratégias de comunicação com as quais constrói seus argumentos. A ele, alia-se de forma aberta o capital privado internacional e seus interesses econômicos. Essa correlação entre capital privado e estatal, tem sido posto em prática há pelo menos quarenta anos, se levarmos em consideração a historiografia do capitalismo norte-americano como modelo determinante sobre países da América Latina e Caribe. Recentemente, a atuação dessas “forças complementares” pode ser exemplificadas no Brasil, pelas recentes investidas contra o estado público brasileiro promovido pelo bilionário norte-americano Elon Musk.

Em tempos de dissolução do projeto imperial-colonial tradicional evidencia-se em nossa sociedade “uma nova etapa” do capital financeiro global. Derivado do valor excedente, o modelo capitalista de Musk triplicou o valor de sua rede nos primeiros sete meses desse ano.¹⁶ Durante a pandemia, seu papel pela volta dos trabalhadores ao trabalho foi preponderante mesmo sob o iminente perigo de morte, inclusive, advogando o corte de seus benefícios.¹⁷ Em

¹⁵ Veja-se Escobar

¹⁶ Veja-se Joseph Kishore, “Elon Musk discovers Das Kapital”

¹⁷ Idem

sua visão, os trabalhadores deveriam voltar a produzir o valor excedente e o lucro (Idem). Denominado de “estado fluxo” (state of flow), o capitalismo de Musk “é sem pátria e sem pruridos humanistas que esmaga as agências públicas que fizeram as normas de poder do Estado de Direito.”¹⁸

A medida em que a riqueza se concentra nas mãos das grandes corporações mais o número de pobres aumenta. Eles são trabalhadores, homens mulheres crianças e idosos. Tal cenário só é distinto do cenário que deu origem aos estudos de Marx sobre a situação econômica da Alemanha em 1859, em seu famoso *Preface to a Critique of Political Economy*, pela diversidade racial e geográfica de seus componentes que caracterizam em nossos dias uma conjuntura de pobreza global que se concentra de forma significativa nos países periféricos. No prefácio de Marx, a floresta estava se tornando monopólio dos ricos, estabelecendo a correlação entre crítica ecológica e econômica. Hoje, a pobreza em todos os espaços encontra-se predominantemente associada a expropriação da terra, da natureza e dos seres humanos, demonstrando assim a relevância dos estudos Marxistas como o modelo crítico mais eficiente para compreensão e possivelmente a mudança da realidade contemporânea.

Revisitando o Problema da Pobreza em Função dos Demais Objetivos

Todos os objetivos elaborados pela ONU são interdependentes entre si. Entretanto, eles formalizam-se como um mero jogo de palavras sem que o objeto principal que justifica a elaboração dos demais objetivos seja devidamente interpelado, ou seja, a questão da pobreza. Embora pelos limites impostos a presente discussão não nos permita uma discussão mais profunda sobre o assunto e o estudo de sua correlação com os grupos sociais, me limitarei a apontar algumas observações crítico-teóricas tomando por base algumas pontuações da teoria marxista sobre a questão, representada pela seguinte pergunta: como se erradicar a pobreza, a fome e a desigualdade se elas são elementos funcionais do modo da produção capitalista, produzidas pelo próprio sistema?¹⁹ Estas questões tornaram-se objetos de questionamento teórico da crítica marxista desde os primeiros escritos de Marx aos vinte e quatro anos sobre o assunto. Levando-se em consideração o problema da pobreza nos países periféricos, ela permanece como um grave problema. Todas as sociedades, especialmente, nas cidades,

¹⁸ Veja-se “Musk e o novo estado privado contra o estado público, Tarso Genro ihu.unisinos.br 15.04.2024.

¹⁹ Peet, Richard. “Inequality and Poverty: A Marxist Geographic Theory. Annals of the Association of American Geographers Vol.65, 1975 -Issue 4

verificamos mais abertamente como a geografia e o ambiente das comunidades reproduzem as estruturas de classes baseadas nas desigualdades entre os sujeitos. Essas desigualdades são transferidas de geração em geração por meio da divisão do trabalho. Desse modo, a reprodução contínua da pobreza aumenta a medida em que o sistema reproduz um “exército reserva” (Peet, 1975), facilmente substituível, fortalecendo o sistema. Embora o referido artigo citado nessa discussão se refira a correlação entre as cidades industriais e a pobreza nos Estados Unidos, os mecanismos de controle aplicados às populações de países em desenvolvimento são semelhantes. É essa mão de obra excedente, junto a milhares de outros indivíduos que não foram aproveitados no mercado de trabalho e sobre os quais os objetivos da ONU se referem.

Ignorando as afirmativas críticas sobre os objetivos da ONU algumas das quais mencionadas no início dessa discussão os estados latino-americanos e caribenhos tomaram estes objetivos como pontos de partida para elaboração de metas governamentais a cada quadriênio, como é no caso específico do Brasil. Em relação ao objetivo número um, a erradicação da pobreza nos países da América Latina e Caribe, nos últimos quatro anos, os níveis de pobreza aumentaram significativamente nos países pós-pandemia.²⁰ Como órgão parceiro das Nações Unidas, o Banco Mundial, órgão global essencial à execução de metas a serviço do modelo econômico em vigor, divulgou em 2023, uma nota técnica de noventa páginas com dez opções de médio prazo para o “país voltar a crescer.” O estudo está dividido em três temas principais, assistência social, trabalho e previdência. A principal justificativa para elaboração do documento é a de que o Brasil, “terá dificuldade de chegar ao cenário desejado de crescimento e redução das desigualdades caso um leque de ações não seja tomado.”²¹ Ainda, mais interessante é, por exemplo, o objetivo principal destas metas justificadas como imprescindíveis. Segundo os autores, o não cumprimento delas, “afetaria a sustentabilidade do sistema de proteção social que o Brasil adota hoje.” Caso as metas sejam adotadas, os autores da proposta, esperam que “o Brasil chegue a 2040 (com uma população mais produtiva e resiliente e menos desigual” (Riviera 2023).

Do exposto, verifica-se que o supracitado documento se encontra atrelado de imediato

²⁰ Veja-se **The World Bank** “Pobreza e desigualdade no Brasil: Pandemia complica velhos problemas e gera novos desafios para população vulnerável” Os dados contidos no artigo foram coletados do relatório do Banco Mundial, Pobreza e equidade no Brasil. 14.06.2022

<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2022/07/14/pobreza-e-desigualdade-no-brasil-pandemia-complica-velhos-problemas-e-gera-novos-desafios-para-populacao-vulneravel#:~:text=Com%20mais%20de%2030%20milh%C3%B5es,8%25%20viviam%20na%20extrema%20pobreza.>

²¹ Carolina Riveira, **Revista Exame**, 30 de abril de 2023.

aos objetivos 1 e 8, relacionados a erradicação da pobreza, ao crescimento econômico sustentável e a emergência dos empregos.” Tal qual a elaboração do documento, os “Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável”, a linguagem da nota técnica estabelece uma ligação complementar com o primeiro documento. Do exposto, observa-se que os objetivos a serem alcançados na nota técnica estende-se para além de 2030, entrevendo a situação do país em 2040. As lacunas de significados deixadas por seus autores na nota técnica e a sua interdependência ligada aos objetivos para o desenvolvimento sustentável, formalizam-se como uma parte acessória do velho projeto neoliberal que correlaciona diferentes contextos relacionados nesse caso aos elaboradores das metas e o local de aplicação delas. A rigor, apesar das designações geopolíticas, norte e sul globais está em jogo a sobrevivência do sistema capitalista. Porém vale a pena destacar as alternativas discutidas ao projeto neoliberal, como é o programa de “*Bien Viver*,” endossado como metas governamentais em países como o Equador e a Bolívia. Muito se tem discutido sobre o referido projeto, entretanto é importante se considerar que como um palimpsesto, o sistema capitalista sobrevive pela imposição dos grandes grupos internacionais e seus colaboradores e a materialidade realista do capital que se autodefine a todo momento nos diferentes contextos, seja no norte ou sul do continente enquanto a expropriação, miséria, fome, desigualdade e o sofrimento humano persistem em todas as sociedades.

Nos países periféricos torna-se ainda bem mais complexo o sistema de exploração capitalista. Apesar das políticas de combate à pobreza (como no caso brasileiro) delineado durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2015) e sob as gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e, 2023 até o presente, tem-se verificado nesses últimos vinte anos o aumento inter-regional da mão de obra escrava²², demonstrando que a pobreza tem se estabelecido de forma inconteste de geração em geração como uma consequência da desigualdade social enraizada desde o nascimento dos indivíduos. Normalmente como previsto, as políticas de combate à pobreza dirigem-se à família e ao indivíduo e não necessariamente, a estrutura social e econômica atreladas a um modelo econômico imposto e mantido sob as diversas tecnologias de poder impostas pelos países ricos. Em suporte a essas políticas, grupos sociais de maior aquisição financeira assim como os poderes externos têm interesse em

²² Vejam-se Miraglia, Livia; Hernandez, Juliana; Oliveira Rayhanna. **Trabalho Escravo Contemporâneo: conceitações, desafios e perspectivas.** Ed. Lumen Juris, 2018; Repórter Brasil: “Trabalho Escravo Contemporâneo 20 anos de Combate” (1995-2015)

preservar a desigualdade social sobre grupos sociais mais vulneráveis como, os afrodescendentes, as mulheres, a comunidades indígenas e outros grupos. Embora o IBGE de 2023 tenha divulgado a diminuição da pobreza extrema de 36,7% em 2021 para 31,6% em 2022, especialmente nas regiões norte e nordeste do Brasil²³, seguindo o método estatístico, os indicadores de extrema pobreza seguem os direcionamentos utilizados pela ONU. Portanto, é considerado extremamente pobre o indivíduo que possui uma renda per capita, entre 105,1 a 210 reais.²⁴

Apesar dos benefícios distribuídos pelo governo federal e o esforço para prover as necessidades básicas como moradia, eletricidade e água potável e saneamento por meio de programas governamentais, essas “benesses” não são suficientes para fazer com que um indivíduo enquanto grupo social possa se ver livre do estigma da pobreza que cresceu sobretudo após a pandemia. Como mostram os dados houve também uma queda significativa no poder aquisitivo da classe média.²⁵ A primeira correlação entre a pobreza e a desigualdade define normalmente os parâmetros futuros do indivíduo no competitivo mercado de trabalho aliada a fatores como o meio ambiente aonde o indivíduo nasceu e o papel dos pais nessa correlação de forças antagônicas. Isso significa que o problema da classe social tende a prevalecer de geração a geração.

Diante da conjuntura atual quando o capitalismo faz uso de elementos explicitamente mortais como as guerras e a destruição das últimas reservas naturais do planeta as futuras gerações enfrentarão ainda mais uma explosão globalizada do caos expresso pela intensificação dos efeitos do aquecimento global ocasionando uma pobreza sistêmica capaz de disseminar ainda mais fome e marginalização e morte dos indivíduos. Desse modo, se verifica eventualmente o crescente distanciamento dos trabalhadores dos meios de produção mecanizada como um meio de produção de renda, um evento possivelmente criará necessárias

²³ Veja-se Irene Gomes, Estatísticas Sociais “Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021.” <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcançar-36-7-em-2021#:~:text=O%20percentual%20de%20pessoas%20em%20extrema%20pobreza%2C%20ou%20seja%2C%20que,31%2C6%25%20em%202022>.

²⁴ Veja-se Monteiro, Laíz “O que é Pobreza?” <https://www.politize.com.br/conceito-de-pobreza/> 14.06.22.

²⁵ Alvarenga, Darlan & Martins, Raphael “Classe Média encolhe na Pandemia e já tem o mesmo tamanho da classe baixa” <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/17/classe-media-encolhe-na-pandemia-e-ja-tem-mesmo-tamanho-da-classe-baixa.shtml>

condições para uma transformação social (Peet, 1975:567).

Do exposto, se pode depreender que se realmente, os organismos internacionais como a ONU e o Banco Mundial tencionam acabar com a pobreza e minimizar o sofrimento da grande maioria dos habitantes do Planeta juntamente com a massa de trabalhadores explorada será necessário se efetivar mudanças fundamentais no modo de produção.²⁶ Assim, os objetivos propostos podem efetivamente atenuar as profundas diferenças entre os países industrializados e tecnologicamente avançados e os demais países.

Para além do factual se estabelece outro nível de interlocução definida pelo estético exemplificado pela literatura nacional quanto representação e testemunho sobre definições do que realmente significa a pobreza que vai muito além das pesquisas quantitativa sobre renda per capita e outros demonstrativos científicos, como exemplificam algumas obras literárias nacionais entre elas, Quarto de Despejo, Vidas Secas, Menino de Engenho, a Bagaceira, e Torto Arado. Nas diferentes obras citadas, a percepção da pobreza pertence a uma sensibilidade para além do regional e transpõe as fronteiras nacionais, formalizando-se no âmbito universal, como uma condição que se estende nas Américas, África e os outros continentes. Se como partícipes dessa interlocução somos agentes interpeladores, pelo menos nos conforta a ideia de que não nos calamos diante das adversidades, como a pobreza que nada mais é do que uma condição sob a qual uma grande maioria globalizada se encontra inserida.

Considerações Finais

Há irremediavelmente a predominância de duas perspectivas que definem a racionalidade econômica da vida planetária. Sob elas, situa-se a condição humana da pobreza predominante em vários cantos do planeta. Ela se configura em forma de um meta-texto não apenas simbólico, mas real sob o qual milhares de seres humanos encontram-se condicionados. Circunscrita pela brutalidade da expropriação, fome, morte, o signo da pobreza é refletido e interpretado como “desagradável,” porém persistente objeto de construção econômica expresso em carne e ossos. A pobreza e os pobres se formalizam como um tipo de alteridade absoluta. Eles são também construções metonímicas da expropriação capitalista e suas múltiplas formas

²⁶ Peet, 1975.

para finalmente se transformarem como um subproduto de sua criação. Diferente de outros, o outro da pobreza é perfeitamente acessível enquanto se formaliza como um desafio em todos os cantos do planeta e um prenúncio permanente da infeliz história humana na terra. Como evidência do fracasso do modelo econômico imposto a uma maioria, os pobres vivem em contínua convulsão social. Independentemente da proposta para conter a pobreza ou pelo menos minimizá-la não terá sucesso exceto se as suas bases sejam honestamente questionadas pelos seus criadores.

Bibliografia consultada

ALVARENGA, Darlan; MARTINS, Raphael. Classe média encolhe na pandemia e já tem o mesmo tamanho da classe baixa. **G1**, 17 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/17/classe-media-encolhe-na-pandemia-e-ja-tem-mesmo-tamanho-da-classe-baixa.ghtml>. Acesso em: 17 abr. 2024.

ASINELY, Christian. Integração geopolítica e multilateralismo. **Poder360**, 11 mar. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/integracao-geopolitica-e-multilateralismo/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

ESCOBAR, Arturo. **2014 Sentipensar com la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Ediciones UNAULA, Medelin.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GENRO, Tarso. **2024** “Musk e o novo Estado Privado contra o Estado Público. **Ihu.unisinos.br**. 15.04.

GOMES, Irene. Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. **IBGE Notícias**, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em2021>.

IRFAN, Sophia **2021** The Global North’s Environmental Impact on the Global South. When will responsibility be distributed evenly? Base Action Network <https://medium.com/climate-conscious/the-global-norths-environmental-impact-on-the-global-south-83d2744e018a>

KHOTARI, Ashish et all. **2018** “Why we need alternatives to development”. In: **Debating Development Research**

KISHORE, Joseph. **Elon Musk discovers Das Kapital**. World Socialist Web Site, 29 jul. 2020. Disponível em: <https://www.wsws.org/en/articles/2020/07/29/musk-j29.html>. Acesso

em: 15 mar. 2024.

LENIN, V.I. 2005 “The Position and Tasks of the Socialist International”. **Lenin Internet Archive. Marxists Internet Archive** D.Walters & R. Cymbala

MIRAGLIA, Lívia et al. **Trabalho escravo contemporâneo: conceituações, desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/downloads/Trabalho-Escravo-Contemporaneo.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

MONTEIRO, Laíz. O que caracteriza a pobreza? Entenda o conceito. Politize!, 14 jun. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/conceito-de-pobreza/>. Acesso em: 15 maio. 2024.

NKRUMAH, Kwame. **Revolutionary path**. London: Panaf, 1973.

PEET, Richard. 1975 “Inequality and Poverty”: A Marxist Geographic **Theory Annals of the Association of American Geographers** Vol.65, Issue 4.

REPÓRTER BRASIL. **Trabalho escravo contemporâneo: 20 anos de combate (1995-2015)**. São Paulo: Repórter Brasil, [2015?]. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/20-anos-de-combate-ao-trabalho-escravo-contemporaneo/>.

RIVERA, Carolina. A escravidão brasileira no século XXI. Exame, 13 maio 2022. Disponível em: <https://exame.com/brasil/a-escravidao-no-brasil/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

UNITED NATIONS. **New UN Report**: Inequalities, cause and exacerbate climate impacts on poor and vulnerable people. [S. l.]: UN DESA, 2016. Disponível em: <https://www.un.org/en/desa/new-un-report-inequalities-cause-and-exacerbate-climate-impacts-poor-and>. Acesso em: 15 mar. 2024.

UNITED NATIONS. **New UN Report**: Inequalities, cause and exacerbate climate impacts on poor and vulnerable people. World Economic and Social Survey 2016 (WESS). [S. l.]: UN/DESA, 2016. Disponível em: <https://www.un.org/en/desa/new-un-report-inequalities-cause-and-exacerbate-climate-impacts-poor-and>. Acesso em: 15 mar. 2024.

UNITED NATIONS. **Transforming Our World**: the 2030 Agenda for Sustainable Development. [S. l.]: UN, 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld/publication>. Acesso em: 15 mar. 2024.

WORLD BANK. **Pobreza e desigualdade no Brasil**: pandemia complica velhos problemas e gera novos desafios para população vulnerável. [S. l.]: World Bank, 14 jul. 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2022/07/14/pobreza-e-desigualdade-no-brasil-pandemia-complica-velhos-problemas-e-gera-novos-desafios-para-populacao-vulneravel>. Acesso em: 14 jul. 2022.